

# a perspectiva cultural sobre o espaço público na definição de uma política patrimonial

elisabete cidre

arquitecta, doutoranda\* na bartlett school of planning – ucl  
assistente convidada, bartlett school of architecture/bartlett school of planning, ucl

e.cidre@ucl.ac.uk

## RESUMO

A cidade é um organismo vivo e contínuo no qual os seus habitantes tentam encontrar um equilíbrio sustentável enquadrado com as necessidades actuais e de mudança emergente a nível cultural, social e económico. Neste contexto, a cidade histórica encara a preocupação adicional da salvaguarda do seu legado ancestral, de particular relevância em cidades classificadas como Património da Humanidade, internacionalmente reconhecidas. A gestão da mudança na cidade actual é um dos desafios contemporâneos intelectuais e políticos do início do século XXI e questões sobre como a conservação patrimonial pode contribuir para uma renovada cultura urbana têm vindo a assumir lugar de destaque (Whitney; Strange, 2001).

**PALAVRAS-CHAVE:** conservação patrimonial; cultura urbana; planeamento; lugar público; espaço urbano

## ABSTRACT

The city is a living and continuously evolving organism in which its inhabitants are trying to find a suitable framework for changing cultural, social and economic demands and needs. Higher pressure is placed onto historic cities, which have to face the additional layer of conservation of its historical legacy where the world heritage cities stand up as outstanding examples internationally recognised and thus designated. Managing change in the modern historic nuclei is one of the political and intellectual challenges facing us at the beginning of the XXI<sup>st</sup>C and questions about how heritage-based conservation can contribute to a renewed urban culture have been assuming growing importance.

**KEY WORDS:** heritage conservation; urban culture; planning; public place; urban space.

Desde as preocupações restauricistas ao pensamento integrado contemporâneo na salvaguarda da cidade histórica como um todo, é de fundamental importância o papel dos *Encontros* internacionais – convenções, congressos, conferências, seminários<sup>1</sup> – como fóruns de debate e definição de critérios e políticas de intervenção, onde organizações como a UNESCO, ICCROM, ICOMOS, Conselho da Europa e OCPM<sup>2</sup> são de particular relevância.

O debate internacional em conservação patrimonial urbana sempre foi acompanhado teoricamente (Cidre, 2003; Tomé, 2002) pelas autoridades competentes a nível nacional, sendo esta, actualmente, matéria de interesse dividida pelos Ministério da Cultura, da Educação, da Ciência e Educação Superior, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, e do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Porque a conservação patrimonial envolve o inventário e classificação dos bens culturais (Lei 107/01), a formação de técnicos especializados e a investigação, as obras de restauro, e o planeamento territorial. E cabe aos agentes de planeamento enquanto administradores das políticas e meios de actuação em conservação urbana fazer (bom) uso dos instrumentos de gestão urbanística, a nível nacional, regional e local, assim como reflectir sobre as aplicações práticas de um sistema, os modos de actuar e intervir e suas repercussões no modo de conceber e actuar sobre o espaço público.

Porquanto “a característica fundamental do planeamento urbano é o espaço, em especial o espaço público” (Cohen, 1999), é sobre ele que nos devemos debruçar com cuidado extremo na resolução de uma política patrimonial para as nossas cidades. O espaço público como entidade não deveria ser o ‘espaço sobranete’, aquilo que resta depois de se acabar de construir edifícios, nem ‘obra em aberto’, resultado de demolições casuísticas de edificado, justificadas tantas vezes por modelos de cidade que acabam por não ter concretização efectiva<sup>3</sup>.

Cabe ao ‘urban designer’<sup>4</sup> e à *praxis* do desenho urbano a responsabilidade da manutenção, gestão e criação do espaço público. Não vamos aqui definir a disciplina do desenho urbano, discutida extensivamente por outros académicos<sup>5</sup>, mas no contexto da conservação patrimonial actuante dentro dos limites de uma área designada, o objecto de estudo do desenho urbano é o domínio público (Krier, 1973; Carmona, 2003)<sup>6</sup>, nomeadamente o espaço físico, composto pelas ruas e praças e pela rede de espaços públicos que estas formam, o seu carácter e qualidade.

Durante a história da conservação urbana (e do restauro de edifícios), o objectivo primordial tem sido a manutenção da integridade histórica (autenticidade) da produção conceptual e material das estruturas urbanas. Mas ao abranger os sistemas e estilos de vida social, a “conservação é agora associada com a manutenção da integridade histórica das culturas de uma determinada estrutura urbana” (Zancheti; Jokilehto, 1997).

O espaço público de qualidade nos centros históricos deverá ser o produto de uma política patrimonial activa e flexível, com estratégias a longo prazo traduzidas em redes espaciais coerentes onde os instrumentos de gestão englobem as dimensões cultural e social. Desta forma, o desenho urbano “pode ser um instrumento eficaz de planeamento ao assumir e encorajar o urbanismo através da promoção de espaços públicos como núcleos de integração social” (Madanipour, 1999).

Assim definido, a produção de espaço público activo (pela sua vivência) e sustentável nas cidades Património da Humanidade deveria ser reconhecido como um meio de reconciliação entre as diferenças causadas por outros factores (sociais, económicos, etc.), que propagam as cidades fragmentadas e onde as políticas futuras se deveriam negociar em parceria com todos os actores envolvidos – instituições, urbanistas, investidores e o público. A política patrimonial só poderá ser eficaz quando se integrarem as políticas de cultura, planeamento urbanístico e meio ambiente, quando houver uma ‘cooperação activa entre administração central e o poder local’<sup>7</sup>. É nestas cidades, palcos de memória e conflito, que se oferece a oportunidade de conjugar esforços no sentido de se criar uma política patrimonial de espaço urbano.

Mas porque é a ‘cultura’ tão importante? O que quer dizer ‘cultura’? Cultura pode ser definida (Williams, 1981) em três categorias: [1] a noção estética, [2] o processo educativo, e [3] a noção antropológica de “uma expressão de certos significados e valores não apenas artísticos e educacionais mas também de comportamento ordinário e institucional”. Esta última é a mais útil no sentido de desenvolver uma crítica em planeamento urbano através de uma perspectiva cultural, onde as políticas são sensíveis às especificidades culturais locais. Cultura é assim uma componente vital do domínio público urbano e da criação da identidade de uma cidade. Da componente fenomenológica mais abstracta<sup>8</sup>, na qual se situa a discussão do *genius loci*, o ‘espírito do lugar’, ao papel pragmático da provisão de conteúdo às actividades (i.e. eventos, performances), a cultura, em combinação com o ambiente construído, participa na criação de aglomerados urbanos activos e significantes, dando desígnio à cidade como *civitas*, fusão de culturas, comunidades e civilizações. No entanto, “enquanto o *estatuto de património mundial* poderá criar uma melhoria estética nestas cidades pode muito bem acarretar o risco de debilitar objectivos sociais devido a políticas exclusivas” (Chevrant-Breton, 1997).

Uma política patrimonial de espaço público deverá definir a cultura como um instrumento de desenvolvimento estratégico, capaz de gerar consequências em termos culturais, educativos e sócio-económicos, e como uma oportunidade para a construção de competências organizativas locais e de potencialidades qualitativas numa localidade. Assim, o *património* permitirá manter o ambiente urbano inerente à prática cultural do seu uso, traduzindo-se no sujeito de uma actividade que abrange a conservação dos elementos materiais – o meio ambiente e construído – assim como os processos culturais que determinam a estrutura urbana. “A imagem, o mapa mental, que as pessoas formam da sua cidade é o resultado de padrões de uso continuado associados a um legado de características (i.e. formais e estruturais) físicas [...]” (Frey, 1999).

O que mais gosto nas cidades são as ruas, as praças, a gente que passa por mim e que provavelmente verei jamais, a aventura breve e maravilhosa como um fogo de volutas, os restaurantes, as livrarias. Em uma palavra: tudo o que é dispersão, jogo intuitivo, fantasia e realidade.

Josep Pla, Cartes de Lluny, Prólogo de 1927.

## notas

Todas as traduções são da responsabilidade do autor.

\* Investigação realizada com o apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitario de Apoio.

## referências bibliográficas

- Carmona, M. et al (2003). *Public Places Urban Spaces – the dimensions of urban design*. London: Architectural Press.
- Chevrant-Breton (1997). Selling the World City: a comparison of promotional strategies in Paris and London. In: *European Planning Studies*, 5 (2).
- Cidre, E. (2003). Planning for conservation in Portugal – a thorny research problem. In: actas do 6º Congresso em Património Cultural *Contexto y Conservación*, Havana, Abril 2003.
- Cohen, N. (1999). *Urban Conservation*. The MIT Press.
- Frey, H. (1999). *Designing the city: towards a more sustainable urban form*. London, Routledge.
- Krier, R. (1973). *Urban Space*. London, Academy Editions.
- Lei 107/01. In: *Diário da República* 209, I Série-A, pp.5808-5829, 08-09-2001.
- Madanipour, A. (1999). Why are the design of public spaces significant for cities?. In: *Environmental and Planning B: Planning & Design* 26 (6), pp.879-91.
- Tomé, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto, FAUP.
- Whitney, D.; Strange, I. (2001). Changing roles and purposes of heritage conservation in urban regeneration. Artigo apresentado na *Planning Research Conference*, 9-11 Abril, Liverpool.
- Williams (1981). In: Bianchini, F e Greed, C. (1999). Cultural planning and time planning. In: Greed, C. (Ed.). *Social town planning: planning and social policy*. London, Routledge, pp.195-220.
- Zancheti, S.; Jokilehto, J. (1997). Values and urban conservation planning: some reflections on principles and definitions. In: *Journal of Architectural Conservation* 3 (1), pp.37-51.